



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Décima Sexta Sessão Ordinária do 4º Período Ordinário da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos cinco dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e dois, no Plenário Lucelindo Farias Tavares, da Câmara Municipal de Oriximiná, sob a Presidência do vereador Marcelo Augusto Andrade Sarubbi, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Adeilson da Costa Lopes, Ivalter Barbosa Cardoso Filho, Mauro Luiz de Oliveira Wanzeler, Manoel Lucivaldo Siqueira, Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Joseane de Oliveira Seixas, Marta Monteiro Godinho, Rafael Luiz Miléo Viana, Antônio Odinélio Tavares da Silva Júnior Delmar Rasch, Sebastião Gomes e Marcio Kellen Soares Canto. Ausentes os vereadores: Arnaldo de Oliveira Gemaque e Francisco Azevedo Pereira, este último com ausência justificada por se encontrar devidamente licenciado. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, solicitando a 2ª Secretária, que procedesse a leitura da Ata da última Sessão realizada na Casa, a qual lida submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente solicitou a 1ª Secretária que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Projeto de Lei nº 040/22, de autoria do vereador Mauro Wanzeler, que dispõe sobre a implementação de um Programa Educacional direcionado ao Pequeno Agricultor no Município de Oriximiná; Projeto de Lei nº 022/22, que Institui o Domicílio Tributário Eletrônico -DTE no âmbito do Município de Oriximiná; Projeto de Lei nº 023/2, que Altera, acrescenta e suprime dispositivos a Lei Complementar nº 9.111/2017- Código Tributário do Município de Oriximiná; Ofício nº 113/22, recebido de diversos. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra a vereadora Ana Cleyde, requereu dispensa de interstício



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

para efeito de 1ª, 2ª e última discussão e redação final os Projetos de Leis lidos no expediente desta sessão. A seguir fez uso da palavra a vereadora Josy Seixas, que após saudar os presentes reportou-se sobre o ofício nº 113/22, do COMEO, solicitando deste Poder as seguintes informações: quais foram os motivos alegados para sustar os efeitos do decreto nº 651/22; O parecer jurídico da Câmara que levou a sustação do referido decreto e os Pareceres das referidas comissões. Acrescentou a nobre vereadora que o COMEO, deveria saber qual realmente é a função do vereador, pois não precisamos de parecer jurídico para sustar um decreto do prefeito, que achamos incorreto, até porque um decreto não poder alterar nenhuma lei. Em relação ao parecer jurídico disse ser opinatório, portanto que emitir parecer a determinado projeto de lei em tramitação neste Parlamento é o vereador. Agora o gestor municipal deveria encaminhar a esta Casa de Leis um projeto de lei nos moldes da cartilha do FUNDEB, e que seja feita uma consulta pública com interessados, que com certeza será aprovado por todos os vereadores. Assegurou a vereadora Josy que não vai se intimidar diante do fato que ocorreu, até porque não precisa do aval de ninguém para fazer seu trabalho neste Parlamento, inclusive o projeto de decreto que sustou o decreto do Gestor municipal, foi aprovado por unanimidade. Disse ainda ser inaceitável quererem impor as coisas ou colocar culpa neste Poder criando narrativas. A seguir ocupou a tribuna o vereador Mauro Wanzeler, congratulou-se com a vereadora Josy, sobre o ofício do COMEO, acrescentando que se a Sra. Iolene, quiser legislar sobre este Poder, que se candidate a vereadora na eleição de 2024. Disse ainda que o referido conselho deveria estar cumprindo com sua função de fiscalizar o que ocorre na área da educação do nosso município. Portanto não é um conselho que vai determinar o que devemos fazer neste Parlamento, diz o vereador Mauro, inclusive esta Casa de Leis tem autonomia de sustar decreto do Gestor Municipal que não estiver correto, até porque decreto não regulamenta e nem altera nenhuma lei. Espera que o executivo municipal encaminhe a este Poder o projeto de lei nos moldes da cartilha do FUNDEB, que vai ser aprovado nesta Casa dentro da legalidade. Finalizou o nobre vereador afirmando que jamais vai se intimidar. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente colocou à disposição dos líderes



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

partidários. Com a palavra o vereador Mauro Wanzeller, reportou-se sobre o ofício que recebeu da empresa equatorial em resposta a um de seu requerimento, que solicitava a ampliação da rede elétrica nos bairros Jesus Misericordioso, São Francisco e Paraisópolis, onde a empresa solicita que o município faça o mapeamento dos referidos bairros, para que a empresa possa fazer o trabalho. Continuando o Edil falou sobre o requerimento encaminhado ao executivo municipal no dia 22 de agosto do ano em curso, solicitando informações sobre o pagamento da parte patronal do INSS, inclusive foi em anexo o relatório de gestão fiscal, veio a resposta solicitando 30 dias, para a secretaria de finanças, responder o requerimento, o que não concorda até porque já tinha encaminhado o relatório de gestão fiscal referente ao 1º quadrimestre o que facilitaria o trabalho da referida secretaria. Disse ainda que foi encaminhado cópia do seu requerimento as autoridades do Poder Judiciário deste município, para conhecimento dos mesmos. A seguir fez uso da palavra o vereador Manoel Bochecha, que após saudar os presentes reportou-se sobre o decreto do executivo que foi sustado, sobre os critérios para a escolha de Diretores e Vice-Diretores Escolares das Escolas Públicas da rede Municipal de Ensino de Oriximiná. Disse que não devemos culpar ninguém e sim resolver o problema. Acrescentou ainda que esteve reunido com o secretário de Educação para tratar do assunto, inclusive ficou do COMEO está verificando a cartilha do FUNDEB que tem todas as orientações necessárias sobre esta questão. Ainda com a palavra o vereador Manoel Bochecha falou sobre as Urges, acrescentando que precisa ser alterado, inclusive que seja incluído a eleição de gestores para as escolas da zona rural. Portanto são assuntos de grande relevância que precisam serem analisados por quem de direito, até porque educação não deve ser misturado com política. Continuando o nobre Edil disse que foi procurado por funcionários da empresa responsável pela obra da creche de São Lazaro, que não paga os mesmos há dois meses, inclusive eles trabalham de carteira assinada. Eles pediram o apoio deste Poder, que seja solicitado informações da referida empresa, sobre o assunto. Em aparte a vereadora Josy Seixas, disse que seria viável eles procurarem o Ministério do trabalho em Óbidos, que com certeza a empresa vai pagar eles, até porque eles trabalham de carteira assinada, agora está Casa pode ajuda-los através do



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

assessor jurídico orienta-los ou formular uma denúncia junto ao Ministério do trabalho, se eles não tiverem condições de se deslocarem até o município de Óbidos. Continuando o vereador Manoel Bochecha disse que vai entrar em contato com eles para tratar sobre a questão do Ministério do trabalho. Em seguida ocupou a tribuna o vereador Adeilson Lopes, dizendo que é a favor do processo democrático na eleição de gestores, onde os pais tem a oportunidade de escolher os diretores das escolas de seus filhos. Agora é viável que seja respeitado a autonomia dos Poderes. Continuando o Edil parabenizou o trabalho do vereador Mauro sobre a expansão de energia elétrica nos bairros Jesus Misericordioso, São Franciso e Paraisópolis, espera que o município faça o mapeamento dos referidos bairros, até porque é de suma importância a energia naqueles bairros em todos os aspectos. Disse ainda ser satisfatório para todos os vereadores serem reconhecidos futuramente pelos trabalhos que são realizados em prol da nossa população independentemente de partido político. Não havendo mais nenhum líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente interrompeu a sessão para cumprimento do Intervalo Regimental de quinze minutos. Decorrido o tempo regimental, o Sr. Presidente, passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando a 1ª Secretária que procedesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o requerimento da vereadora Ana Cleyde, requerendo dispensa de interstício para efeito de 1ª, 2ª e ultima discussão e redação final os projetos de leis, lidos no expediente da sessão de hoje. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido para efeito de 1ª, 2ª e última discussão e redação final o Projeto de Lei nº 040/22, de autoria do vereador Mauro Wanzeler, que dispõe sobre a implementação de um Programa Educacional direcionado ao Pequeno Agricultor no Município de Oriximiná. Dito Projeto de Lei, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido para efeito de 1ª, 2ª e última discussão e redação final o Projeto de Lei nº 022/22, que Institui o Domicílio Tributário Eletrônico -DTE no âmbito do Município de Oriximiná. Dito Projeto de lei, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido para efeito de 1ª, 2ª e última discussão e redação final o Projeto de Lei nº 023/2, que Altera, acrescenta e suprime dispositivos a Lei Complementar nº



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

9.111/2017- Código Tributário do Município de Oriximiná. Dito Projeto de Lei, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Não havendo nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para a próxima terça-feira no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, _____, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário